

CORREIO NACIONAL



Levantamento foi realizado nas 27 unidades

Uma em cada 4 pessoas já pensou em suicídio, diz estudo

Uma em cada quatro pessoas entrevistadas por uma pesquisa online da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) disse ter tido pensamentos suicidas nos seis meses anteriores ao levantamento. Além disso, mais da metade relataram desejos de se isolar completamente ou desaparecer.

A pesquisa ouviu pessoas adultas de todas as faixas etárias e que vivem nas 27 unidades da Federação. O objetivo da ABP foi reunir informações para reforçar a mensagem da campanha

Setembro Amarelo, de prevenção ao suicídio. Dados preliminares do levantamento mostram ainda que 25,2% dos participantes afirmaram “não se sentir bem” no momento da pesquisa e 30,9% se declararam tristes ou decepcionados, mas ainda com esperança de melhorar.

A pesquisa mediu também a disposição das pessoas em procurar ajuda. Do total de pessoas consultadas, 54,1% informaram que sabiam onde buscar auxílio especializado.

Anvisa rechaça causa de autismo

O Brasil não tem registros que relacionem o uso de paracetamol durante a gravidez com casos de autismo. É o que afirmou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nesta quarta-feira (24), depois que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, citou a existência de ligação entre o uso de

analgésico na gravidez e o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O caso ganhou repercussão no Brasil, sobretudo entre as mães de crianças com o diagnóstico de autismo. Pelas redes sociais ou em grupos de maternidade, relatos de preocupação e sentimento de culpa.

Anvisa veta marcas

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a apreensão de todos os lotes do café torrado e moído extraforte e do café tradicional da marca Câmara, de empresa desconhecida, além de proibir a comercialização, a distribuição, a fabricação, a propaganda e o uso do produto. Em

nota, a Anvisa informou que a medida foi tomada depois que uma portaria da Subsecretaria de Vigilância e Atenção Primária à Saúde do estado do Rio de Janeiro confirmou a origem desconhecida. As empresas indicadas como fabricantes na embalagem, segundo a agência, não estão regulares.

Tecnologia de alerta sem internet

Em fase final de implementação em todo o território nacional, o Defesa Civil Alerta não depende de internet para informar a população em casos de desastres de grande perigo. No sábado, alertas de demonstração da ferramenta serão enviados para o Centro-Oeste. O coordenador-geral de

Monitoramento e Alerta do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, Tiago Molina Schnorr, ressalta que a nova tecnologia da Defesa Civil Nacional utiliza a rede de telefonia celular para enviar mensagens de texto e avisos sonoros para celulares em áreas de risco muito alto.

Prazo para empresas

Termina na quarta-feira (30/9) o prazo para que as empresas declarem os investimentos de 2024 em inovação para ter acesso aos benefícios fiscais da Lei do Bem. O formulário está disponível no site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A Lei do Bem é o principal ins-

trumento de incentivo ao investimento privado em inovação no Brasil. Quase 2 mil empresas já enviaram as informações. De acordo com o coordenador-geral de Instrumentos de Apoio à Inovação do MCTI, Hidealdo Almeida, o prazo é improrrogável.

Cidades recebem apoio técnico

Cidades de diferentes regiões foram escolhidas para participar do curso “Urgência climática - Implementando soluções em territórios urbanos vulneráveis”. A iniciativa da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Ministério das Cidades vai

apoiar gestores e equipes técnicas na criação de respostas mais eficazes contra enchentes, deslizamentos e outros eventos extremos que já fazem parte da rotina. O curso propõe uma abordagem prática e estratégica, cobrindo políticas urbanas e climáticas

ONG alerta para alta do trabalho infantil desde 2024

Maior aumento está na faixa de crianças entre 5 e 9 anos

O aumento do trabalho infantil entre crianças de 5 a 9 anos, entre 2023 e 2024, chamou a atenção da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, organização da sociedade civil dedicada à promoção do bem-estar na primeira infância.

Depois de uma queda de 24% entre 2022 e 2023, dados divulgados na última sexta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que, no ano passado, o número de crianças dessa faixa etária em situação de trabalho infantil subiu 22%, chegando a 122 mil.

A partir desses dados, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal observou que o percentual de crianças mais novas submetidas ao trabalho infantil atingiu, em 2024, o maior nível já registrado desde o início da série histórica, em 2016.

Naquele ano, 110 mil crianças de 5 a 9 anos trabalhavam — o equivalente a 5,24% da população nessa faixa etária. Em 2022, eram 132 mil (6,97%). Já em 2023, houve uma queda para 100 mil (6,19%), mas o número voltou a crescer em 2024, totalizando 122 mil — o que representa 7,39% das crianças entre 5 e 9 anos.

Para Mariana Luz, CEO (diretora-executiva) da Fundação, é “inaceitável” que o Brasil



Segundo o IBGE, são 122 mil crianças de 5 a 9 anos em situação de trabalho infantil

registre, em 2024, a maior proporção de crianças dessa faixa etária em situação de trabalho infantil desde o início da série.

“Quando crianças entre 5 e 9 anos estão trabalhando, estamos negando a elas o direito básico de viver a infância: brincar, aprender, crescer com segurança. Isso compromete o futuro delas, aprofunda desigualdades raciais e perpetua um ciclo de exclusão que começa muito cedo”, afirmou à Agência Brasil.

Segundo ela, a participação de famílias de baixa renda em trabalhos informais ou domés-

ticos “ajuda a explicar, em parte, esse aumento entre crianças tão pequenas”.

A educadora social e advogada Patrícia Félix, que atua no Conselho Tutelar do Rio de Janeiro, também destaca que o trabalho infantil tende a crescer em períodos de férias escolares, quando muitos pais não têm com quem deixar seus filhos. Por isso, ela defende a ampliação de vagas em escolas de ensino integral.

“A gente vê que essas mães realmente precisam de um ponto de apoio”, disse.

Num panorama mais am-

plado, a pesquisa do IBGE mostrou que, ao longo de oito anos, o total de pessoas entre 5 e 17 anos envolvidas com o trabalho infantil caiu 21,4%. No entanto, de 2023 para 2024, o número voltou a crescer, com um aumento de 2%.

Mariana Luz lembra ainda que os dados reforçam que o Brasil ainda está longe de alcançar a meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que prevê “acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas até 2025”.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Pesquisa ouviu 2.840 alunos, 348 professores e 201 gestores no país

Veto a celular torna 80% dos alunos mais atentos

Mais de 80% dos estudantes brasileiros afirmam que têm prestado mais atenção nas aulas depois da restrição ao uso de celulares em salas de aula.

A percepção de impacto positivo é maior nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, com 88% afirmando prestar mais atenção nas aulas. No Ensino Médio, 70% disseram perceber mudanças para melhor sem os celulares.

Os dados fazem parte de uma pesquisa realizada pela Frente Parlamentar Mista da Educação, em parceria com o Equidade.info, iniciativa do Lemann Center da Stanford Graduate School of Education.

O estudo mostra, também, que 77% dos gestores e 65% dos professores relataram diminuição do bullying virtual dentro das escolas. Entre os alunos, entretanto, apenas 41% afirmaram sentir essa mudança, o que sugere que parte dos conflitos pode não estar sendo reportado pelos estudantes ou percebido por professores e gestores escolares.

Tédio cresce

Segundo os dados do levantamento, 44% dos alunos disseram sentir mais tédio durante os intervalos e os recreios. Esses números são mais elevados entre estudantes do Ensino Fundamental I (47%) e do período matutino (46%). Além disso, 49% dos professores relataram aumento de ansiedade entre os alunos com a ausência do uso do celular.

Em relação ao comportamento dos estudantes, o Nordeste aparece como destaque positivo, representando 87% dos avanços. O Centro-Oeste e o Sudeste são as regiões com o menor índice de melhora no ambiente escolar, com 82% indicando que a eficácia das medidas tende a variar segundo fatores regionais.

“Proteger nossos estudantes do uso do celular em sala de aula é garantir um ambiente mais saudável e focado no aprendizado. O resultado que vemos hoje é a confirmação de que a educação precisa ser prioridade, com políticas que cuidem do presente e preparem o futuro dos nossos

juvenis”, disse o presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, deputado Rafael Brito.

A presidente do Equidade.info, Claudia Costin, ressaltou que a pesquisa mostra avanços positivos no foco e na atenção dos alunos, mas as questões como tédio, ansiedade e bullying, ainda muito presentes entre os estudantes, indicam que ainda há desafios a serem enfrentados.

“Houve uma queda significativa no bullying virtual na visão dos gestores, mas é crucial ouvirmos os estudantes que ainda sentem o problema. Ou seja, a conclusão é que a restrição foi positiva, mas sozinha não basta: as escolas precisam criar alternativas de interação e estratégias específicas para cada idade”, avalia.

De acordo com o coordenador do Equidade.info e docente da Stanford Graduate School of Education, responsável pela pesquisa, Guilherme Lichand, os dados reforçam a necessidade de estratégias diferenciadas por faixa etária e rede de ensino.

Alunos em cursos a distância já são maioria

O Brasil atingiu, pela primeira vez, a marca de 10.227.226 de estudantes no ensino superior, em 2024. O número é 2,5% maior que o registrado em 2023 (9,97 milhões de matrículas). Entre 2014 e 2024, as matrículas na educação superior aumentaram 30,5%.

Do total de matrículas, 5,01 milhões ingressaram no ensino superior no ano passado.

Os dados constam no Censo da Educação Superior 2024, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O levantamento mostra que as matrículas em educação a distância (EaD) são mais da metade (50,7%) do total de inscritos na graduação, e tiveram um aumento de 5,6% entre 2023 e 2024. Enquanto o número de matrículas em cursos presenciais diminuiu 0,5%, no mesmo período.

Para o presidente do Inep, Manuel Palacios, a expansão da educação a distância, por meio de novas tecnologias, permitiu que uma parte da população tivesse acesso ao ensino superior, em especial os cidadãos que trabalham durante o dia.

“A educação a distância proporcionou a ampliação da oferta e atendeu estudantes que, de outra forma, não teriam acesso à educação superior.”

Manuel Palacios ainda que a recente regulamentação que prevê três formatos de cursos superiores — presenciais, semi-presenciais e a distância — em diferentes áreas deverá descentralizar a educação superior nos próximos anos. “Eu acredito que vamos conhecer polos com mais recursos e mais infraestrutura para atender os estudantes da educação superior”, prevê.